

# PDT acusa a Aliança de

Diretório do partido no DF diz que a aprovação da

10 BERN/

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, domingo, 27 de outubro de 1985 31

## trair o povo brasileiro

ANC 88  
Pasta 10/85-2  
135/1985

emenda da Constituinte frustrou a sociedade

"A primeira grande traição da Aliança Democrática para com o povo brasileiro". Assim o economista Paulo Timm, um dos dirigentes do PDT no Distrito Federal, define a aprovação pelo Congresso de uma proposta de Constituinte que contraria a opinião manifestada por amplos setores da sociedade civil. Para ele, esse fato terá reflexos nas eleições parlamentares do próximo ano, quando a população brasileira mostrará o seu inconformismo, votando maciçamente em legendas como o PDT.

Paulo Timm aponta também uma falta de empenho, por parte do PMDB, em formular propostas concretas para o resgate da cidadania dos brasilienses. Brasília não terá voto para governador ou Assembleia Legislativa, em 86, e elegerá uma bancada parlamentar mínima (oito deputados e três senadores) não proporcional à sua população, como é regra no res-

tante do País. O PDT, que defende a ampliação da representação política para o DF, será o grande canal para a realização dessas aspirações de cidadania da população brasiliense - afirma o economista.

De acordo com Paulo Timm, a recusa de uma Constituinte convocada exclusivamente para esse fim frustrou a sociedade civil, que lutou durante muitos anos por "um regime sem tutelas". No caso do DF, diz ele, os candidatos avulsos teriam muito mais votos que os partidários, uma vez que aqui "as lideranças populares não estão afinadas com os partidos". Além do mais, continua o economista, o número restrito de candidatos limita a participação das lideranças populares e favorece o poder econômico nas próximas eleições parlamentares, que definirão a composição da Constituinte e da futura Constituição.

Preocupações semelhantes

são manifestadas pelo presidente do PT-DF, professor Luis Rossi, para quem a convocação de uma Constituinte antes da extinção de toda legislação autoritária ainda vigente (como a Lei de Segurança Nacional) apresenta o risco de condicionar a futura Constituição. "Essas leis autoritárias preexistentes determinarão a composição da Constituinte, condicionando o caráter da Constituição" - diz ele.

Luis Rossi preocupa-se também com a eleição de um Congresso com poderes constituintes, uma vez que "os congressistas poderão legislar em causa própria, tendo em vista que seus mandatos continuarão por quatro anos". Seu partido defendeu a convocação de uma Constituinte exclusiva, aberta à participação de candidatos avulsos e precedida de uma ampla discussão em todos os municípios do País, através de assembleias populares de caráter consultivo.

## PMDB: Sociedade não fechou questão

O jornalista Fernando Tolentino, secretário-geral do PMDB-DF, encara com reservas a afirmação de que um Congresso com poderes constituintes desagrade à sociedade civil. As entidades que se manifestaram claramente contra essa proposta de Constituinte, segundo ele, foram apenas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em Brasília, continua Tolentino, nos contatos que o PMDB manteve com sindicatos, associações de moradores e entidades profissionais, não se constatou nenhuma posição fechada da sociedade civil contra a Constituinte parlamentar. "Ao contrário, o que existe é uma grande curiosidade parlamentar. "Ao contrário, o que existe é uma grande curiosidade a respeito" diz Fernando Tolentino.

Quanto à participação das lideranças populares no processo

político, o secretário-geral do PMDB-DF afirma que todos os presidentes de sindicatos e associações comunitárias estão ligados a um ou outro partido, quando não são filiados. A única exceção, segundo Tolentino, é o líder dos comerciários, José Neves, que vem-se mantendo apartidário esses anos todos.

A influência do poder econômico também preocupa o PMDB-DF, continua o secretário-geral, que aponta um favorecimento desse poder não pelo número limitado de candidatos, mas sim pela falta de uma representação política local. Nos demais Estados, os vereadores e deputados estaduais funcionam como articuladores da representação popular, fazendo campanha para os deputados federais e senadores com os quais mantêm dobradinhas. No caso de Brasília, a falta dessa rede de apoio aos candidatos valoriza ao máximo a propaganda eleitoral, favorecendo aqueles que podem arcar com os custos elevados de car-

tazes, out-doors, camisetas, etc.

"O povo será o grande beneficiado", afirma o suplente de deputado Paulo Xavier (PFL-PB), ao defender uma Constituinte integrada por parlamentares. "Teremos uma Constituição feita por quem entende de leis, pelos especialistas no ofício. Uma Constituinte exclusiva seria uma grande improvisação, e produziria uma Constituição pela metade". Xavier, um dos principais porta-vozes do PFL-DF, acredita que essa opção do Congresso valoriza também os partidos, como representantes da vontade popular e canal adequado para a reorganização jurídica do País.

Paulo Xavier não receta retaliação nas urnas contra os partidos da Aliança Democrática, devido à rejeição da Constituinte exclusiva. Ele entende que o Congresso não pode ficar indiferente aos anseios populares, e a sociedade civil será consultada a cada momento, pelos parlamentares que integrarão a futura Constituinte.